

Mandato prejudica a dívida externa

22 MAR 1988

GUIOMAR CAMPELO
Da Editoria de Economia

A indefinição do sistema de Governo e do período de mandato do presidente José Sarney está atrasando e até prejudicando as negociações com os banqueiros credores em torno da dívida externa brasileira, afirmou ontem um assessor do Presidente da República, segundo quem os credores estão acompanhando a discussão dos dois temas com interesse até maior que o dos próprios brasileiros.

O Governo, de acordo com esse assessor palaciano, está ciente de que as negociações permanecerão paralisadas pelo período necessário ao ajuste da situação política do País se a opção da Constituinte for pela implantação do parlamentarismo. E essa preocupação dos credores tenderá a aumentar na medida que esse sistema de Governo exige a mudança de toda a equipe ministerial, a partir, inclusive, da substituição dos ministros da área econômica. A avaliação é de que com o parlamentarismo será necessária a mudança de toda a máquina burocrática e, principalmente, da própria política econômica, pois a indicação de um primeiro-ministro saído dos quadros do PMDB poderá significar até o retorno da hetero-

xia econômica. "Ou seja, pode significar a volta da concepção Tavares e de toda a equipe do ex-ministro Dilson Funaro".

E essa possibilidade que está deixando os credores externos em expectativa quanto ao que acontecerá hoje e nos próximos dias, quando tiver início a implantação do novo regime. Na análise desse assessor presidencial, esse compasso de espera vai complicar mais ainda a situação econômica brasileira necessária que está da entrada de novos investimentos estrangeiros para poder afastar o fantasma da recessão, que já é notada com a queda do crescimento industrial registrado nos últimos seis meses.

AJUSTE

Um novo plano de ajuste da economia já vem sendo elaborado pelos técnicos do Governo, mesmo diante da incerteza do que virá da votação de hoje da Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com esse assessor palaciano, os parâmetros definidos apontam para um plano sucinto, contendo metas trimestrais de acompanhamento e no qual já estão definidas três linhas básicas: controle de déficit público e combate à inflação e, no meio

delas, a mudança da política salarial a partir de abril. As alterações na política salarial atingirão somente o setor público, porque, no entender do Governo, "vai ser difícil legislar para a iniciativa privada". A mudança para o setor privado virá numa segunda fase e por decisão espontânea de patrões e empregados, mesmo que esteja descartada a hipótese do discutido pacto social.

As restrições ao sistema parlamentarista dentro do Governo, ainda na análise de assessores palacianos, são de toda ordem e chegam ao ponto de se prever até uma desorganização jurídica, além, da economia, criando terreno para o total descumprimento das normas existentes. "Vamos dizer que o parlamentarismo seja aprovado e que se inicia a montagem da nova equipe de Governo. Isso vai exigir um certo espaço de tempo para que o Congresso Nacional elabore toda a legislação ordinária, sem a qual será impossível governar".

Esse vácuo legislativo/jurídico, observam os assessores, se constitui em ameaça ao cumprimento de todo tipo de acordo, inclusive os trabalhistas, deixando as partes prejudicadas sem ter para quem apelar.

Presidencialismo ajuda negociação

MARILENA DEGELO
Da Editoria de Economia

A votação do sistema de governo hoje na Constituinte está preocupando alguns deputados economistas como o senador Roberto Campos (PDS/MT), que vê na implantação do parlamentarismo o domínio do PMDB, e, conseqüentemente, de sua política hostil a cooperação financeira internacional. "Para o ex-ministro, o regime mais favorável às negociações da dívida externa é o presidencialismo porque apresenta mais estabilidade e continuidade de orientação na política econômica.

O senador Virgílio Távora (PDS/CE), que foi ministro na curta experiência parlamentarista já vivida pelo País, também considera que a mudança do sistema de governo prejudicaria a condução da economia do País. "Nós estamos caminhando para uma hiperinflação. Precisamos de medidas fortes e impopulares do governo, que não podem ser submetidas ao congresso, como exige o sistema parlamentarista" — defendeu Távora, num claro apoio a manutenção do presidencialismo.

Pior do que a mudança do sistema de governo para a economia brasileira, segundo outro senador do PDS, Jarbas Passarinho (PA), é a realização de eleições presidenciais este ano. Ele acredita que a política econômica sofreria

reformulações somente depois de implantado o novo sistema, o que aconteceria, pela sua previsão, no próximo ano ou no próximo governo. "Agora se houver este ano, os banqueiros internacionais se retrairiam e não aceitariam negociar de imediato, ou na melhor das hipóteses fariam negociação superficial e transitória, sem mexer na dívida global" — avaliou Passarinho.

SEM INTERFERÊNCIA

A posição do senador Albano Franco (PMDB/SE), que defende o entendimento com o presidente José Sarney em torno do parlamentarismo com cinco anos, é de que a negociação da dívida externa não seria diferente com a mudança do sistema de Governo: "Os banqueiros entenderiam que cada País tem seu regime e seu estilo próprio". Em relação a condução da economia de modo geral, o senador comentou que tudo depende do pensamento do primeiro-ministro. "O importante é ter um programa econômico de governo. O que Mailson não tem ainda" — ponderou.

O deputado César Maia (PDT/RJ), que é pela manutenção do presidencialismo, também avalia que a mudança para o sistema parlamentarista interferirá negativamente na economia se ele for introduzido

antes da eleição presidencial. "Vamos ter um governo fraco. Haverá um período de um ano até que o gabinete se afirme e a economia vai andar ao sabor das incertezas, ampliando ainda mais a instabilidade — previu o deputado, considerando que o ideal seria presidencialismo com mandato de quatro anos, havendo um ano para o atual governo "atuar de forma responsável, abrindo espaços para que o próximo tenha reduzido seu período de adaptação".

Para o deputado José Serra (PMDB/SP) a curto prazo não haveria grandes modificações na situação econômica do País com a implantação do parlamentarismo. Defensor da introdução desse novo sistema de governo ainda este ano, Serra acredita que a mudança de regime não causará perturbação especial a economia: "Nem acalmará a crise, nem a acirrará. Os adversários fazem terror negro com o parlamentarismo, mas a situação é tão adversa, que se piorar, não será por ter se alterado o regime".

Ao contrário do que pensa Passarinho, César Maia acredita que a crise econômica se ampliará caso o plenário aprove o mandato de cinco anos com presidencialismo. "Sarney teria plenos poderes nos próximos dois anos iintensificar a sua política recessiva e aplicar os seus planos dolo- sos à economia do País".